

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.381.932 - SP (2018/0269926-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : GILMAR FERNANDES DO PRADO
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS E OUTRO(S) -
SP097365
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800
FRANCYS MENDES PIVA - SP227762B
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO EM JUROS. ARTS. 394 E 407 DO CÓDIGO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF e 211/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Gilmar Fernandes do Prado contra decisão que inadmitiu recurso especial em razão da Súmula 07/STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ Fl. 304):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). PRESCRIÇÃO. SÚMULA 85, STJ. AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO DE PÓS -DOUTORADO NO EXTERIOR. DIREITO À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E À PERCEPÇÃO DA GED MANTIDAS, AINDA QUE A DESTEMPO.

1. Mantida a prescrição das gratificações não pagas há mais de cinco anos a contar do ajuizamento da demanda, considerando-se ainda a suspensão do prazo prescricional no período de 05.02.2002 a 19.06.2002, em razão do pedido formulado e indeferido na esfera administrativa.

2. O pagamento da GED está condicionado à realização da avaliação de desempenho dos professores, conforme os critérios e procedimentos estabelecidos em regulamento, mesmo na hipótese de afastamento temporário das funções.

3. No caso dos autos, o autor alega ter apresentado a documentação pertinente ao recebimento da GED, através de procuradora, porém o protocolo teria sido realizado em departamento de pessoal da Universidade, de modo que a avaliação não foi realizada pelo órgão competente (CAIDI) e a GED não lhe foi paga durante o ano de 2001.

4. O âmbito de cognição deve ser estendido por todo o ano de 2001, considerando a delimitação do pedido formulado na petição inicial, reformando-se parcialmente a sentença nesse sentido, considerando-se de forma ampla o pleito recursal de procedência integral da demanda.

5. A alegação do autor de que teria entregue, através de procuradora, os documentos pertinentes à avaliação, porém em departamento diverso do correspondente à apuração da GED não foi comprovada. Para tanto, bastava a juntada de cópia do protocolo de tais documentos, o que não foi feito.

6. Entretanto, ao contrário do quanto alegado pela UNIFESP em seu recurso, entendo que a ausência de avaliação de desempenho na época prevista no regulamento não retira do autor o direito à percepção da gratificação prevista em lei.

7. Reforma-se também parcialmente a sentença quanto à forma de cálculo da GED, a qual deverá ser apurada em avaliação de desempenho, nos termos dos arts. 1º, § 2º, e 4º, § 1º, da Lei 9.678/98, e para excluir da condenação a incidência de juros de mora.

8. Reexame necessário e recursos de apelação parcialmente providos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ Fls. 235-241).

O recorrente, nas razões do recurso especial, alega que houve violação dos arts. 394 e 407 do Código Civil, por ter sido afastada a condenação em juros de mora.

Contrarrazões não apresentadas.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontra presente o óbice apontado na decisão agravada.

Contraminuta não apresentada.

É o relatório. Passo a decidir.

Observa-se que os dispositivos indicados por violados não foram debatidos na Corte de origem, a despeito da oposição dos embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial ante a falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento.

E ainda que o recorrente tenha manejado o imprescindível recurso integrativo, furtou-se, todavia, de alegar violação do art. 1.022 do CPC/2015 no bojo das razões do seu recurso especial. Incidência inarredável das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

A esse respeito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

1. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

2. Esta Corte Superior possui orientação de que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017), o que não ocorreu no caso.

.....

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.619.570/SC, Rel. Min. OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 10/12/2018).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator